

INFORMAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59.500.000274/2017-67

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 35-2017

OBJETO: Seleção para ocupação de **299** (duzentas e noventa e nove) unidades parcelares familiares no Projeto de Irrigação Pontal, no município de Petrolina-PE, para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais.

RECORRENTE: HAMILTON COELHO DE MACEDO

MOTIVO DA INABILITAÇÃO: Sem declaração de visita e não apresentou plano de exploração agrícola.

ALEGAÇÃO ATUAL: Reavaliação do resultado apontado pela Comissão do Edital nº 35/2017 devido a não apresentação dos documentos DECLARAÇÃO DE VISITA e a falta de apresentação do plano de exploração agrícola.

CONCEITOS E FUNDAMENTOS ADOTADOS:

• DA TEMPESTIVIDADE E DOS PRAZOS

O recurso interposto pelo recorrente teve sua tempestividade e a regularidade acatada considerando que o resultado foi publicado em 26.07.2018 e o Edital previa a apresentação de recursos em 5 (cinco) dias úteis, ou seja desde 27/07/2018 até o dia 02/08/2018, prazo obedecido.

A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.

O inciso LV, por sua vez, assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela



inerentes. Assim sendo a comissão acatou os diversos “modelos” de recursos, já que havia os pressupostos formais previstos.

• **CONCEITOS E DEFINIÇÕES:**

Os seguintes conceitos nortearam as análises e as conclusões da comissão, todos definidos por Direitos e legislação citados neste tratado:

- a) *O Prazo de cinco dias úteis para os licitantes apresentarem recursos iniciou-se no dia 27/07/2018 e terminou no dia 02/08/2018;*
- b) *O prazo de análise da comissão iniciou-se no dia 03/08/2018 e foi até o dia 09/08/2018;*
- c) *A comissão acatou documentos que estava, em processamento na data da entrega dos envelopes, desde que apresentem protocolos específicos dos pleitos;*
- d) *A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados;*
- e) *É inviolável o sigilo das propostas financeiras, sendo impossível abrir o involucro antes da sessão pública.*

ANÁLISE FINAL

HAMILTON COELHO DE MACEDO doc. nº 565/2018, Inscrição nº 2599 e classificação nº 245 foi constatado impedimento por ser proprietário de 58,20 ha (consulta INCRA) alega que a propriedade foi vendida.

Análise: A análise do recurso aponta que o proponente anexou cópia do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) sanou a falha detectada no parecer anterior, contudo após análise documental verificou que o proponente não anexou em sua documentação o atestado de visita e plano de exploração.

Dessa forma após análise o recurso é acatado, e não o proponente, o qual não será mais considerado impedido, contudo permanece inabilitado.

The block contains five handwritten signatures in blue ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'Paulo', a signature that looks like 'N', and three other distinct signatures on the right side of the page.

NOME	DATA RECURSO	PROTOCOLO:	
HAMILTON COELHO DE MACEDO	01/08/2018	Doc. 565/2018	INABILITADO

No caso específico do recorrente HAMILTON COELHO DE MACEDO não apresentou no involucro nº 1 os documentos DECLARAÇÃO DE VISITA, onde o mesmo firma que conhece as condições edáficas e técnicas dos lotes e do Projeto Pontal e o PLANO DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, vinculado a Lei de irrigação e ao Edital 35/2017, que formalizava o compromisso do concorrente implantar 60% da área em até 2 anos.

A falta do documento obrigatório torna o concorrente inabilitado por falta de vinculação ao princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no artigo nº 41, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada” Ademais, conforme sugerido pelo recorrente, a abertura do invólucro nº 2 – PROPOSTA FINANCEIRA – para retirada destes documentos que “possivelmente” estaria em tal envelope seria uma quebra do sigilo da concorrência, ou seja, crime, estando portanto fora do propósito.

PARECER ATUAL DA COMISSÃO:

A comissão reitera nesta data o indeferimento do recurso do solicitante, conseqüentemente permanece o mesmo inabilitado.

Ass. Lucio Sertico Fomh.
José Carlos Cavallo de Silva
Almeida Carneiro Carneiro

Maria da Penha Rodrigues

Petrolina, 25 de Setembro de 2018.

Franklin Delano Leite Gurgel

COMISSÃO EDITAL 35/2017.